

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, E SUAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 02/04/2024.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 17/04/2024.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h01min do dia 17/04/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico:
<https://comprasbr.com.br/>

VALOR TOTAL: R\$ 326.642,42

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 93.01.2100.3390.3028 e demais dotações conforme orçamento vigente.



1 PREÂMBULO

1.1 A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, torna público e faz saber que, por determinação de sua Prefeita Municipal em Exercício, Sra. KARLA FERNANDA BASTOS MIGUEL, acha-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2024, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 11.582/2023, Decreto Municipal nº 11.644/2023 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

1.2 AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTES EDITAL, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.

1.3 A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.

1.4 Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília/DF.**

2. DO OBJETO

2.1 Este edital refere-se à registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de proteção individuais (EPI's), para atender às necessidades da Prefeitura Municipal e Rio do Sul, e suas Secretarias, Fundos, Fundações, conforme especificações e quantidades estabelecidas, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Rio do Sul/SC, de acordo com exigências deste edital e nas quantidades e especificações abaixo:

Item	Qtd	Unidade	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	310	PAR	Luva tricotada tamanho P, confeccionada em malha com fibras sintéticas e naturais, revestimento em látex corrugado na face palmar dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 5,00	R\$ 1.550,00



2	336	PAR	Luva de segurança confeccionada em couro de vaqueta com reforço palmar, elástico no dorso. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 16,85	R\$ 5.661,60
3	146	PAR	Luva de segurança confeccionada em Raspa 20cm com Reforço confeccionado em raspa, com reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre o polegar e o indicador. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 14,36	R\$ 2.096,56
4	550	UND	Respirador: respirador purificador de ar tipo semifacial filtrante para partículas, classe PFF2, com válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha, constituído em material de TNT, de formato dobrável com clipe nasal interno em alumínio para vedação e elásticos fixados diretamente ao respirador. Coloração interna branca e externa azul ou branca. Estrutura com 4 camadas. Deve apresentar o selo do INMETRO. Data de fabricação/validade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 4,90	R\$ 2.695,00
5	15	UND	Capacete de segurança classe A, com casco de aba frontal tipo II, moldado em pelietileno de alta densidade. Suspensão com quatro ou seis pontos de fixação, confeccionada com duas ou três tiras de tecido, carneira em polietileno de alta densidade. Tira de absorção de suor removível, lavável e substituível, fixada à carneira, podendo acomodar abafador e viseiras. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do Inmetro. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 26,00	R\$ 390,00
6	400	UND	Capa de chuva confeccionada em tecido sintético revestido com PVC, mangas longas, fechamento frontal através de botões, costura através de solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 15,63	R\$ 6.252,00
7	110	UND	Protetor facial, constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples. Visor Telado, indicado para proteção da face de operadores de roçadeira.	R\$ 31,00	R\$ 3.410,00
8	20	PAR	Calçado tipo botina de segurança. De amarrar nobuck, cano alto, cabedal em raspa curtido ao cromo, palmilha de montagem em não tecido, montada pelo sistema strobel, solado poliuretano, bidensidade. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 75,95	R\$ 1.519,00



9	156	PAR	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, solado Nitrílico bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, com bico de aço, Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 134,60	R\$ 20.997,60
10	482	PAR	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, sem bico de aço, para uso eletricitista. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho	R\$ 54,39	R\$ 26.215,98
11	336	PAR	Calçado ocupacional, tipo sapato baixo, cabedal em couro curtido ao cromo, forração em material têxtil, forro da gáspea em material não tecido, fechamento através de elástico nas laterais, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, palmilha interna em material não tecido, solado antiderrapante à base de poliuretano, bidensidade injetado diretamente no cabedal. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 45,00	R\$ 15.120,00
12	215	PAR	Calçado ocupacional, modelo bota abaixo do joelho, constituída de PVC, desenho do cabedal tio C, montagem sistema injeção por extrusão, classificação (ii - inteiro polimérico), solado modensidade com ressaltos. Região do salto totalmente fechado, com resistência ao escorregamento. Com certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministerio do Trabalho	R\$ 59,00	R\$ 12.685,00
13	220	PAR	Calçado ocupacional tipo sapato, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente ao óleo combustível. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho. Modelos masculino e femininos.	R\$ 73,45	R\$ 16.159,00



14	250	PAR	Tênis de segurança: Calçado ocupacional de uso profissional do tipo sapato/tênis, isento de salto de qualquer tamanho, fechado no calcanhar e na parte superior em elástico, sem cadarço, confeccionado em EVA (Etil Vinil Acetado) e couro curtido ao cromo, em material atóxico e leve, na cor branca, resistente a água e produtos químicos. Alto conforto, transpirável, lavável e não propagador de chamas. Solado ergonômico de borracha antiderrapante especial e borracha natural na cor bege ou branca ou cinza, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente, óleo e glicerol. Ranhuras de aderência na sola. Sistema de absorção de energia na região do calcanhar. Palmilha removível, sintética e antibacteriana. Forração interna em tecido não transpirável. Material do calçado deve garantir proteção dos pés contra umidade proveniente do trabalho com água. Tamanhos variados de numeração (33 ao 45, e se necessário maiores e menores a numeração indicada). Modelo unissex. Registrado junto ao Ministério do Trabalho e apresentar o registro do CA (certificado de aprovação). Entregar os pares conforme o solicitado	R\$ 74,23	R\$ 18.557,50
15	105	UND	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato cinza, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho	R\$ 4,20	R\$ 441,00
16	105	UND	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho	R\$ 3,99	R\$ 418,95
17	119	UND	Óculos de segurança em policarbonato óptico cinza, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 4,55	R\$ 541,45
18	312	UND	Óculos de segurança em policarbonato óptico incolor, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 3,99	R\$ 1.244,88
19	550	UND	Protetor auricular em silicone com atenuação mínima de 15 db, nrrsf. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho..	R\$ 2,10	R\$ 1.155,00



20	114	UND	Protetor auditivo concha com atenuação mínima de 21 db nrrsf, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 41,00	R\$ 4.674,00
21	80	UND	Avental de segurança impermeável e isolante térmico: avental impermeável, de tecido com isolante térmico especial de algodão, retardante a chamas, revestido de silicone e tratamento impermeabilizante, com costura dupla e linha aramida. Indicado para proteção de tronco contra calor, projeção de líquidos, vapores quentes e próprio para uso em cozinhas industriais. De fácil higienização e de acabamento especial. Disponível na cor bege. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 79,80	R\$ 6.384,00
22	110	UND	Avental de segurança confeccionado em raspa, tiras de elástico nas costas, tiras na cintura afixadas por costuras reforçadas, raspa para ajustes, costurado em linha de algodão. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.	R\$ 33,00	R\$ 3.630,00
23	250	UND	Avental de segurança de napa reforçado: na coloração branca, para uso em cozinha industrial, constituído em material de PVC com forro em poliéster, reforçado nas bordas para melhor acabamento e durabilidade, impermeável. Dimensões aproximadas de comprimento 1,2cm e 70cm de largura. Com amarras ajustáveis do tipo fivelas plásticas resistentes para as costas, e no pescoço devem ser fixadas no avental. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho	R\$ 11,60	R\$ 2.900,00
24	160	PAR	Perneira de segurança confeccionada em três camadas de laminados de PVC, três hastes embutidas na parte frontal, proteção no metatarso com três camadas e laminados de PVC, fechamento em velcro costurado com linha e a restante costurada em solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 28,25	R\$ 4.520,00
25	250	UND	Protetor solar FPS 30, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
26	452	UND	Protetor solar FPS 60, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	R\$ 27,50	R\$ 12.430,00
27	537	PAR	Luva gladiador tamanho G, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitidoemitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 7,00	R\$ 3.759,00



28	327	PAR	Luva gladiador tamanho M, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 7,00	R\$ 2.289,00
29	410	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho P: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho pequeno, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	R\$ 3.763,80
30	430	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho M: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho médio, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	R\$ 3.947,40
31	540	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho G: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho grande, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	R\$ 4.957,20
32	325	UND	Boné legionário confeccionado em brim. Com protetor de nuca. Para utilização em atividades ao ar livre, agrícolas, jardinagem, entre outras.	R\$ 11,48	R\$ 3.731,00
33	232	UND	Repelente de insetos spray 200 ml com 4 horas de duração no mínimo.	R\$ 10,50	R\$ 2.436,00
34	600	CAIXA	Touca sanfonada descartável branca: com elástico duplo em toda a sua extensão, confeccionada em resina de polipropileno, utilizada em cozinhas, modelo plissada. Formato anatômico. Hipoalergênico e aerado. Resistente e confortável. Coloração branca. Produto não estéril, de uso único e individual. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa ou saco plástico com 100 unidades.	R\$ 23,00	R\$ 13.800,00
35	3000	CAIXA	Luva de procedimento de vinil: descartável, transparente, usado em procedimentos não cirúrgicos. Não esterilizada, sem amido ou talco, ambidestros. Isento de látex. Atóxica e antialérgica, com boa sensibilidade tátil, textura uniforme, sem falhas e formato anatômico. Não lubrificada. Indicação de uso na manipulação de alimentos. Disponível nos tamanhos P, M, G. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.	R\$ 21,00	R\$ 63.000,00



36	50	PAR	Luva térmica profissional para forno em silicone: modelo 5 dedos, confeccionada em tecido com tratamento retardante a chamas, palma e dorso de silicone, com antiderrapante na palma, totalmente impermeável, com punho reto e cano longo. Dimensão aproximada de comprimento 45cm. De fácil higienização. Proteção às mãos do manipulador de alimentos em contato a altas temperaturas (até 350°C), resistente ao calor. Tamanho único. Coloração azul. Alta durabilidade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 165,01	R\$ 8.250,50
37	3000	CAIXA	Máscara descartável: com clips nasal e elástico. Produzido inteiramente em TNT, tecido 100% polipropileno atóxico. Com filtro de tripla camada de filtragem e ventilação adequada. Hipoalergênica. Apresentar lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e ajustes à face e prender atrás da orelha do usuário. A máscara deve ser confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Cor branca. Caixa com 50 unidades. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.	R\$ 14,02	R\$ 42.060,00
TOTAL					R\$ 326.642,42

2.2 Fica estabelecida a **execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR ITEM;**

2.3 Constituem anexos deste edital:

Anexo I – Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

3. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 DAS CONDIÇÕES:

3.1.1 Esta licitação está aberta **exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.1.2 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



3.2 DAS RESTRIÇÕES:

3.2.1 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO

3.2.1.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;

3.2.1.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.1.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.1.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.1.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.1.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.1.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.1.8 Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

3.2.1.9 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

3.2.1.10 Agente público do Município de Rio do Sul.



3.2.2 O impedimento de que trata o subitem 3.2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.3 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.4 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.5 O disposto nos subitens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2.7 A vedação de que trata o item 3.2.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dos licitantes interessados ocorrerá pela atribuição de chaves de identificação e de senha pessoal e intransferível diretamente no portal do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade, através do sítio eletrônico <https://comprasbr.com.br/>;

4.2 A responsabilidade pelo credenciamento junto ao portal do Sistema de Compras utilizado pelo Município, será exclusiva do licitante interessado.

5 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 Os licitantes interessados encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema



eletrônico, proposta com o preço, bem como, quando for o caso, a marca e o modelo do produto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

5.2 A etapa de que trata o subitem anterior será encerrada com a abertura da sessão pública;

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4 O número de casas decimais após a vírgula, serão definidos previamente no cadastramento da licitação no portal do Sistema Eletrônico de Compras;

5.5 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.5.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.



5.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Município de Rio do Sul, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer



acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Poderá ser desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

6.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.11 O licitante poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.



6.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.12.1 O intervalo mínimo de que trata o subitem anterior incidirá apenas em relação ao último lance ofertado pelo próprio licitante.

6.13 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance válido e registrado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances registrados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na plataforma eletrônica de sistema de compras adotada.

6.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, sendo a primeira colocada empresa de maior porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma



última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4 No caso de propostas empatadas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas, de forma automática pelo sistema de compras, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.22.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observado o disposto no art. 66 do Decreto Municipal n. 11.582/2023;

6.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2 empresas brasileiras;



6.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22.3 Esgotados os critérios elencados nos itens 6.22.1 e 6.22.2, ou não sendo possíveis de verificação, ou ainda, não sendo possível a sua aplicação pelo sistema de compras utilizado, permanecendo o empate, será realizado sorteio de forma automática pelo sistema de compras.

6.23 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas, podendo oferecer contraproposta.

6.23.1 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado em ata.

6.24 Encerrada a etapa de negociação, caso necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de DUAS HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.24.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

6.24.1.1 a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24.1.2 de ofício, pelo Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos complementares a proposta exigidos no edital.

6.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme



previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União; e

b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3 Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

7.4 Poderá ser desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 contiver vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6 No caso de serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.



7.6.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6.2 Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.7 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



7.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e
- IV - à habilitação econômico-financeira;

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Deverá apresentar o ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa ou;

a.1) Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

a.2) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de



atividade compatível com o objeto da licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando o licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

a.1) No atestado deverá constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos;

a.2) Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, **preferencialmente**, sejam apresentadas notas fiscais, contratos e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b) Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;

c) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo



juízo competente, em plena vigência (ou outro documento/certidão, emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

8.2 Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8.3 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

8.4 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no subitem 6.24.1.

8.5 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**:

a) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



8.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.

8.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11 DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL

8.11.1 Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a) Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização, ou;
- c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o nº do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidas somente em nome da matriz.

8.12 CONSÓRCIO

8.12.1 As empresas consorciadas deverão apresentar:

8.12.1.1 Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas elas, no qual deverá constar:

- a) indicação da empresa líder, que será responsável principal perante o MUNICÍPIO, que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o término do contrato com a contratante. Em se tratando de consórcio com empresa estrangeira a liderança



deverá caber à empresa brasileira;

b) compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao eventual contrato, até seu recebimento definitivo;

c) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da contratante, até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

d) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

e) compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação.

f) duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do contrato, se este vier a ser firmado.

g) declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião da eventual assinatura do contrato, providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, a respectiva publicação da certidão de arquivamento e atenderão ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro no CNPJ;

8.12.2 DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

8.12.2.1 Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira (itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.4).

8.12.2.2 Na Qualificação Técnica (item 8.1.2) será permitido o somatório de atestados das empresas consorciadas.

9 DOS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão, de forma imediata após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de



lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 O recurso, que será único, poderá tratar de todos os atos já praticados, inclusive aprovação ou reprovação de amostras ou prova de conceito.

10 DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

10.2 A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

11 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

11.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

11.2 A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail) ou, ainda,



comunicação postal (AR), nos casos em que o licitante vencedor não possuir assinatura digital certificada;

11.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.5 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 11.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6 As convocações de que tratam os subitens 11.4 e 11.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).

11.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

11.8 A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.4.

11.9 No caso de rescisão do contrato ou da ata de registro de preços, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 11.4 e 11.5.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;



12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando solicitada;
- 12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e



12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da



Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo próprio do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade;



b) Através dos endereços eletrônicos ina.zanella@riodosul.sc.gov.br ou odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br.

13.3 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do estudo técnico preliminar e/ou do termo de referência.

13.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do Município de Rio do Sul/SC e divulgadas também na plataforma eletrônica de sistema de compras.

13.5 As impugnações e pedidos de esclarecimento não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A ata da sessão pública será divulgada e ficará disponível no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento



do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.8 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net>.

14.9 Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

Rio do Sul, 26 de março de 2024.

KARLA FERNANDA BASTOS MIGUEL
Prefeita Municipal em Exercício

CHARLIS ZANDONAI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, em suas Secretarias, Fundos, Fundações, conforme especificações e quantidades estabelecidas:

1.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 18, § 2º do Decreto Municipal nº 11.582, de 20/02/2023.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Fica estabelecida a **execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.**

1.4 O objeto a ser adquirido tem suas especificações, quantidades e valores conforme estimado:

Item	QTD	UND	Produto	R\$ UN	R\$ TOTAL
1	310	PAR	Luva tricotada tamanho P, confeccionada em malha com fibras sintéticas e naturais, revestimento em látex corrugado na face palmar dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 5,00	1.550,00
2	336	PAR	Luva de segurança confeccionada em couro de vaqueta com reforço palmar, elástico no dorso. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. .	R\$ 16,85	5.661,60



3	146	PAR	Luva de segurança confeccionada em Raspa 20cm com Reforço confeccionado em raspa, com reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre o polegar e o indicador. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. .	R\$ 14,36	2.096,56
4	550	UND	Respirador: respirador purificador de ar tipo semifacial filtrante para partículas, classe PFF2, com válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha, constituído em material de TNT, de formato dobrável com clipe nasal interno em alumínio para vedação e elásticos fixados diretamente ao respirador. Coloração interna branca e externa azul ou branca. Estrutura com 4 camadas. Deve apresentar o selo do INMETRO. Data de fabricação/validade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 4,90	2.695,00



5	15	UND	Capacete de segurança classe A, com casco de aba frontal tipo II, moldado em pelietileno de alta densidade. Suspensão com quatro ou seis pontos de fixação, confeccionada com duas ou três tiras de tecido, carneira em polietileno de alta densidade. Tira de absorção de suor removível, lavável e substituível, fixada à carneira, podendo acomodar abafador e viseiras. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do Inmetro. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 26,00	390,00
6	400	UND	Capa de chuva confeccionada em tecido sintético revestido com PVC, mangas longas, fechamento frontal através de botões, costura através de solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho..	R\$ 15,63	6.252,00
7	110	UND	Protetor facial, constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples. Visor Telado, indicado para proteção da face de operadores de roçadeira	R\$ 31,00	3.410,00



8	20	PAR	Calçado tipo botina de segurança. De amarrar nobuck, cano alto, cabedal em raspa curtido ao cromo, palmilha de montagem em não tecido, montada pelo sistema strobel, solado poliuretano, bidensidade. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 75,95	1.519,00
9	156	PAR	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, solado Nitrílico bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, com bico de aço, Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 134,60	20.997,60
10	482	PAR	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, sem bico de aço, para uso eletricista. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 54,39	26.215,98



11	336	PAR	Calçado ocupacional, tipo sapato baixo, cabedal em couro curtido ao cromo, forração em material têxtil, forro da gáspea em material não tecido, fechamento através de elástico nas laterais, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, palmilha interna em material não tecido, solado antiderrapante à base de poliuretano, bidensidade injetado diretamente no cabedal. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 45,00	15.120,00
12	215	PAR	Calçado ocupacional, modelo bota abaixo do joelho, constituída de PVC, desenho do cabedal tipo C, montagem sistema injeção por extrusão, classificação (ii - inteiro polimérico), solado modensidade com ressaltos. Região do salto totalmente fechado, com resistência ao escorregamento. Com certificado de aprovação (CA) emitido emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 59,00	12.685,00
13	220	PAR	Calçado ocupacional tipo sapato, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente ao óleo combustível. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. Modelos masculino e femininos.	R\$ 73,45	16.159,00



14	250	PAR	<p>Tênis de segurança: Calçado ocupacional de uso profissional do tipo sapato/tênis, isento de salto de qualquer tamanho, fechado no calcanhar e na parte superior em elástico, sem cadarço, confeccionado em EVA (Etil Vinil Acetado) e couro curtido ao cromo, em material atóxico e leve, na cor branca, resistente a água e produtos químicos. Alto conforto, transpirável, lavável e não propagador de chamas. Solado ergonômico de borracha antiderrapante especial e borracha natural na cor bege ou branca ou cinza, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente, óleo e glicerol. Ranhuras de aderência na sola. Sistema de absorção de energia na região do calcanhar. Palmilha removível, sintética e antibacteriana. Forração interna em tecido não transpirável. Material do calçado deve garantir proteção dos pés contra umidade proveniente do trabalho com água. Tamanhos variados de numeração (33 ao 45, e se necessário maiores e menores a numeração indicada). Modelo unissex. Registrado junto ao Ministério do Trabalho e apresentar o registro do CA (certificado de aprovação). Entregar os pares conforme o solicitado</p>	R\$ 74,23	18.557,50
----	-----	-----	---	-----------	-----------



15	105	UN	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato cinza, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 4,20	441,00
16	105	UND	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 3,99	418,95
17	119	UND	Óculos de segurança em policarbonato óptico cinza, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 4,55	541,45
18	312	UND	Óculos de segurança em policarbonato óptico incolor, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 3,99	1.244,88



19	550	UND	Protetor auricular em silicone com atenuação mínima de 15 db, nrrsf. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho..	R\$ 2,10	1.155,00
20	114	UND	Protetor auditivo concha com atenuação mínima de 21 db nrrsf, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 41,00	4.674,00
21	80	UND	Avental de segurança impermeável e isolante térmico: avental impermeável, de tecido com isolante térmico especial de algodão, retardante a chamas, revestido de silicone e tratamento impermeabilizante, com costura dupla e linha aramida. Indicado para proteção de tronco contra calor, projeção de líquidos, vapores quentes e próprio para uso em cozinhas industriais. De fácil higienização e de acabamento especial. Disponível na cor bege. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 79,80	6.384,00



22	110	UND	Avental de segurança confeccionado em raspa, tiras de elástico nas costas, tiras na cintura afixadas por costuras reforçadas, raspa para ajustes, costurado em linha de algodão. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.	R\$ 33,00	3.630,00
23	250	UND	Avental de segurança de napa reforçado: na coloração branca, para uso em cozinha industrial, constituído em material de PVC com forro em poliéster, reforçado nas bordas para melhor acabamento e durabilidade, impermeável. Dimensões aproximadas de comprimento 1,2cm e 70cm de largura. Com amarras ajustáveis do tipo fivelas plásticas resistentes para as costas, e no pescoço devem ser fixadas no avental. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho	R\$ 11,60	2.900,00
24	160	PAR	Perneira de segurança confeccionada em três camadas de laminados de PVC, três hastes embutidas na parte frontal, proteção no metatarso com três camadas e laminados de PVC, fechamento em velcro costurado com linha e a restante costurada em solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 28,25	4.520,00



25	250	UND	Protetor solar FPS 30, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	R\$ 12,00	3.000,00
26	452	UND	Protetor solar FPS 60, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	R\$ 27,50	12.430,00
27	537	PAR	Luva gladiador tamanho G, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 7,00	3.759,00
28	327	PAR	Luva gladiador tamanho M, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 7,00	2.289,00
29	410	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho P: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho pequeno, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	3.763,80



30	430	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho M: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho médio, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	3.947,40
31	540	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho G: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho grande, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	4.957,20
32	325	UND	Boné legionário confeccionado em brim. Com protetor de nuca. Para utilização em atividades ao ar livre, agrícolas, jardinagem, entre outras.	R\$ 11,48	3.731,00
33	232	UND	Repelente de insetos spray 200 ml com 4 horas de duração no mínimo	R\$ 10,50	2.436,00



34	600	CAIXA	<p>Touca sanfonada descartável branca: com elástico duplo em toda a sua extensão, confeccionada em resina de polipropileno, utilizada em cozinhas, modelo plissada. Formato anatômico.</p> <p>Hipoalergênico e aerado. Resistente e confortável. Coloração branca. Produto não estéril, de uso único e individual. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa ou saco plástico com 100 unidades.</p>	R\$ 23,00	13.800,00
35	3000	CAIXA	<p>Luva de procedimento de vinil: descartável, transparente, usado em procedimentos não cirúrgicos. Não esterilizada, sem amido ou talco, ambidestros. Isento de látex. Atóxica e antialérgica, com boa sensibilidade tátil, textura uniforme, sem falhas e formato anatômico. Não lubrificada. Indicação de uso na manipulação de alimentos. Disponível nos tamanhos P, M, G. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.</p>	R\$ 21,00	63.000,00



36	50	PAR	<p>Luva térmica profissional para forno em silicone: modelo 5 dedos, confeccionada em tecido com tratamento retardante a chamas, palma e dorso de silicone, com antiderrapante na palma, totalmente impermeável, com punho reto e cano longo. Dimensão aproximada de comprimento 45cm. De fácil higienização. Proteção às mãos do manipulador de alimentos em contato a altas temperaturas (até 350°C), resistente ao calor. Tamanho único. Coloração azul. Alta durabilidade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.</p>	R\$ 165,01	8.250,50
37	3000	CAIXA	<p>Máscara descartável: com clips nasal e elástico. Produzido inteiramente em TNT, tecido 100% polipropileno atóxico. Com filtro de tripla camada de filtragem e ventilação adequada. Hipoalergênica. Apresentar lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e ajustes à face e prender atrás da orelha do usuário. A máscara deve ser confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Cor branca. Caixa com 50 unidades. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.</p>	R\$ 14,02	42.060,00
R\$ TOTAL					R\$ 326.642,42

1.6 O valor estimado total é de **R\$ 326.642,42** (trezentos e vinte e seis mil e seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos), conforme valores unitários apostos na tabela acima.



1.6.1 As memórias de cálculo, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos encontram-se em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

1.7 O prazo de vigência do Registro de Preço é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, PODENDO ser prorrogada nos moldes do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1 A fundamentação da contratação e a descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/PAGAMENTO

3.1 Os serviços serão solicitados de forma parcelada e deverão ser executados **nos endereços que constam no Anexo A** deste termo de referência, sendo de total responsabilidade da licitante vencedora os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra especializada, materiais, despesas com manutenção dos equipamentos/máquinas, incluindo combustíveis e lubrificantes necessários, equipamentos de segurança, de sinalização, tributos, seguros, encargos e outros;

3.2 Os serviços deverão ser realizados conforme orientação constante na Ordem de Compra, dentro dos limites do Município, conforme a necessidade, nas quantidades a serem informadas, **em até 10 (dez) dias** após o recebimento da ordem de compra, com agendamento prévio de dia e horário;

3.3 OS LICITANTES DEVERÃO SE ATENTAR NA ENTREGA DOS PRODUTOS, BEM COMO NA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS QUE, AS ENTREGAS SERÃO EM LOCAIS DISTINTOS – DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO – CONFORME ANEXO A;

3.4 PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite.

4. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente e de forma definitiva, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento da entrega ou pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de



Referência e na proposta;

4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta ou se em desacordo com os normativos infralegais, devendo ser refeitos no prazo máximo de até 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei ou no instrumento convocatório;

4.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

4.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo e pagamento do serviço em contestação;

4.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato em cumprir todas as disposições constantes do Edital e anexos.

5. DA GARANTIA

5.1 A Contratada deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia mínima de 90 (noventa) dias após a última aplicação, exceto nos casos em que a aplicação se fizer necessária em prazo inferior ao indicado;

5.2 As chamadas para os atendimentos de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será permitida a subcontratação para o presente objeto.

7. MODELO DE GESTÃO

7.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2 As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito



sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.3 O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.4 Após a assinatura da ata de registro de preços, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

7.5 A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos;

7.6 O fiscal técnico da ata acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.7 O fiscal técnico da ata anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ata emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção;

7.9 O fiscal técnico da ata informará ao gestor da ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.11 O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação;

7.12 O fiscal administrativo da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.13 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata para que tome as



providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.14 O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.15 O gestor da ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.16 O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.17 O gestor da ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.18 O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

7.19 O gestor da ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Rio do Sul, 12 de Janeiro de 2024.

Amarildo de Jesus
Técnico em Segurança do Trabalho

Charlis Zandonai
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO A – LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



Secretaria Municipal de Educação Endereço: Alameda Porto Velho, 333 – Bairro Boa Vista
1. Centro Educacional Aníbal de Barba Endereço: Rua Deputado Walter Roussenq, 156 – Bairro Santa Galo
2. Centro Educacional Daniel Maschio Endereço: Rua Ângelo Cechet, 333 – Bairro Barra Itoupava
3. Centro Educacional Pedro dos Santos Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 146 – Bairro Canoas
4. Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli Endereço: Estrada da Madeira, 2000 – Bairro Barragem
5. Centro Educacional Ricardo Marchi Endereço: Rua Eugênio Marchi, 389 – Bairro Santa Rita
6. Centro Educacional Roberto Machado Endereço: Rua São Francisco, 37 – Bairro Progresso
7. Centro Educacional Sebastião Back Endereço: Avenida Oscar Barcelos, 1400 – Bairro Santana
8. Centro Educacional Ulrich Hübsch Endereço: Rua Euclides Atacilde da Costa – Bairro Bremer
9. Centro Educacional Willy Schleumer Endereço: Rua Germano Carlos Fronza, 49 – Bairro Taboão
10. Centro de Educação Infantil Santa Galo Endereço: Rua Deputado Walter Roussenq, 215 – Bairro Santa Galo
11. Centro de Educação Infantil Cantinho do Amor Endereço: Rua dos Vereadores, 4170 – Bairro Valada Itoupava
13. Centro de Educação Infantil Cinderela Endereço: Ladeira Porto Velho, 333 – Bairro Boa Vista
14. Centro de Educação Infantil Cobras Endereço: Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, 1215 – Bairro Valada São Paulo
15. Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski Endereço: Rua Oscar Strey, 115 – Bairro Fundo Canoas
16. Centro de Educação Infantil Egídio Dalmarco Endereço: Rua Araucária, 167 – Bairro Pamplona
17. Centro de Educação Infantil Expedicionário Augusto Bosco Endereço: Rua Salvador – Bairro Laranjeiras
18. Centro de Educação Infantil Favinho de Mel I Endereço: Rua Marechal Rondon, 209 – Bairro Jardim América
19. Centro de Educação Infantil Favinho de Mel II Endereço: Rua Bulcão Viana, 517 – Bairro Jardim América
20. Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner Endereço: Rua Gustavo Hasse – Bairro Bela Aliança
21. Centro de Educação Infantil Guilherme Butzke Endereço: Rua Amabilio Testoni, 120 – Bairro Rainha
22. Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli Endereço: Rua Clemente Demarch, 5123 – Bairro Barra do Trombudo
23. Centro de Educação Infantil Navegantes Endereço: Estrada Navegantes – Bairro Navegantes



24. Centro de Educação Infantil Padre Ângelo Moser Endereço: Rua Santa Cruz – Bairro Progresso
25. Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente Endereço: Rua João Ledra – Bairro Taboão
26. Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt Endereço: Rua Kurt Schroeder, 254 – Bairro Budag
27. Centro de Educação Infantil Pref. Matheus Alves Conceição Endereço: Rua Padre Pedro Francisco Heisel, 13 – Bairro Budag
28. Centro de Educação Infantil Prof. Belmarli da Silva Endereço: Rua Prefeito Wenceslau Borini 2950 – Bairro Santa Galo
29. Centro de Educação Infantil Prof. Dóres Janke Stüpp Endereço: Rua Professora Leila Mara Amorim Krajeski, 65 – Bairro Laranjeiras
30. Centro de Educação Infantil Raio de Luz Endereço: Rua Criciúma, 903 – Bairro Laranjeiras
31. Centro de Educação Infantil Ruth Schroeder Ohf Endereço: Beco José João Dias, 114 – Bairro Sumaré
32. Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez Endereço: Rua Nova Trento, 1 – Bairro Santana
33. Centro de Educação Infantil Titio Karan Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 190 – Bairro Canoas
34. Escola Modelo Ella Kurth Endereço: Estrada Willand Kurth – Bairro Rainha
35. Centro de Educação Infantil João e Maria Stramosk Endereço: Rua 7 de Setembro – Bairro Centro
36. CRAS Barragem Endereço: Estrada da Madeira, 2100 – Bairro Barragem
37. CRAS Progresso Endereço: Rua São Bento, 1260 – Bairro Progresso
38. CRAS Santa Clara Endereço: Rua Emília Medeiros, 233 – Bairro Laranjeiras
39. CRAS Santa Rita Endereço: Rua Eugênio Marchi, 760 – Bairro Santa Rita
40. Abordagem Endereço: Rua Deputado Walter Roussenq, 167 – Bairro Santa Galo
41. CREAS Endereço: Rua Rinaldo Mezadri, 100 – Bairro Canoas
42. Conselho Tutelar Endereço: Rua Leopoldo Ledra, 519 – Bairro Santana
43. Padaria Escola Endereço: Rua Adolfo Kolping, 484 – Santa Galo
44. Guarda Municipal Endereço: Rua Expedicionário Nardeli, 282 – Bairro Centro
45. Centro de Eventos Hermann Purnhagen Endereço: Rua Prefeito Wenceslau Borini, 2950 – Bairro Santa Galo
46. Parque Harry Hobus Endereço: Elevado José Thomé, 167 – Bairro Canoas
47. Unidade de Saúde do Laranjeiras Endereço: Rua XV de Novembro, s/n – Bairro Laranjeiras



48. Unidade de Saúde do Santa Clara Endereço: Rua Salvador, s/n – Bairro Laranjeiras
49. Unidade de Saúde da Albertina Endereço: Rodovia Vereador Carlos Probst, KM 03, s/n – Estrada Valada Albertina
50. Unidade de Saúde do Budag Endereço: Rua Artur Siewert, s/n – Bairro Budag
51. Unidade de Saúde da Barragem Endereço: Estrada da Madeira, s/n – Bairro Barragem
52. Unidade de Saúde da Barra do Trombudo Endereço: Rua Clemente Demarch, s/n – Bairro Barra do Trombudo
53. Unidade de Saúde do Boa Vista Endereço: Rua Chapecó, s/n – Bairro Boa Vista
54. Unidade de Saúde do Santa Galo Endereço: Rua Prefeito Wenceslau Borini, 706 – Bairro Santa Galo
55. Unidade de Saúde do Jardim Alexander
56. Unidade de Saúde do Fundo Canoas Endereço: Rua Papa João XXIII, s/n – Bairro Fundo Canoas
57. Unidade de Saúde do Santana Endereço: Rua Ana Nery, 42 – Bairro Santana
58. Unidade de Saúde do Bremer Endereço: Walter Dorico Depiné, s/n – Bairro Bremer
59. Unidade de Saúde do Bela Aliança Endereço: Estrada Blumenau, s/n – Bairro Bela Aliança
60. Unidade de Saúde do Rainha Endereço: Rua Wiland Kurt, s/n – Bairro Rainha
61. Unidade de Saúde do Navegantes Endereço: Estrada Navegantes, s/n – Bairro Navegantes
62. Unidade de Saúde do Santa Rita Endereço: Rua Eugênio Marchi, s/n – Bairro Santa Rita
63. Unidade de Saúde da Valada São Paulo Endereço: Rua Luís Adelar Soldatelli, s/n – Bairro Valada São Paulo
64. Academia de Saúde Boa Vista
65. Academia de Saúde Santa Clara
66. Academia de Saúde Bela Aliança
67. Academia de Saúde Navegantes
68. Centro de Atendimento à Mulher – CAM Endereço: Rua Ana Nery, 42 – Bairro Santana
69. Vigilância Sanitária Endereço: Rua Ademar Ohf, 138 – Bairro Progresso
70. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Endereço: Rua Marechal Cândido Rondon, 60 – Bairro Jardim América
71. Farmácia CEAF Endereço: Alameda Bela Aliança, 782 – Bairro Jardim América
72. Policlínica – Secretaria Municipal de Saúde Endereço: Rua Tuiuti, 154 – Bairro Centro



73. Futuras instalações da Policlínica – Antigo Fórum Endereço: Rua Dom Bosco, 820 – Bairro Jardim América
74. Unidade de Pronto Atendimento – UPA Endereço: Rua Paul Fritz Kurt Brehmsan, s/n – Bairro Santa Galo
75. Academia de Saúde da Rua XV
76. Prefeitura Municipal de Rio Do Sul Endereço: Praça 25 de Julho, 01 – Bairro Centro
77. Secretaria Municipal de Obras e Agricultura Endereço: Rua Orestes Lenzi, 549 – Bairro Santa Galo
78. Fundação Municipal de Desportos Endereço: Rua Princesa Isabel, 670 – Bairro Canoas
79. Fundação Cultural de Rio Do Sul Endereço: Rua Rui Barbosa, 204 – Bairro Budag
80. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e CRAS Central Endereço: Rua Verde Vale, 77 – Bairro Santa Galo
81. Museu Histórico Cultural de Rio do Sul Endereço: Rua Oscar Barcelos, s/n, Antiga Estação Ferroviária – Bairro Centro
82. Estação Cultural do Bairro Barra do Trombudo Endereço: Rua Clemente Demarch, s/n Antiga Estação Ferroviária / Ao lado do Posto de Saúde – Bairro Barra do Trombudo
83. Estação Cultural do Bairro Santa Rita Endereço: Rua Eugênio Marchi, 389 Ao lado do Posto de Saúde – Bairro Santa Rita
84. Estação Cultural do Bairro Bela Aliança Endereço: Estrada Blumenau nº 3362, bairro Bela Aliança
85. Corpo de Bombeiros Militar De Rio Do Sul Endereço: Alameda Bela Aliança, 825 – Bairro Jardim América
86. Delegacia de Polícia Civil De Rio Do Sul Endereço: Rua Bulcão Viana, 282 – Bairro Jardim América
87. Imóveis do Município (parques, praças e outros)
Observação: Listamos acima os principais locais para a realização dos serviços, porém salientamos que a CONTRATANTE pode alterá-los conforme necessidade, deixando de solicitar o serviço em alguns dos locais listados ou solicitando novos locais, dentro dos limites do município.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024

Apêndice - ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ÁREA REQUISITANTE

Prefeitura Municipal de Rio do Sul / Diversas Secretarias, Fundos, Fundações.

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta alguns estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é descrever a necessidade e identificar em ambiente público ou privado, ou ainda internamente, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Vários itens equipamentos de proteções individuais (EPIs) se deterioram com o tempo e com a utilização diária. Assim ao longo dias e meses eles necessitam ser substituídos.

A Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06), conforme classificação estabelecida na Portaria SIT nº 787, de 29 de novembro de 2018, é norma especial, posto que regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em seu item 6.5.1 Cabe à organização, quanto ao EPI, em seu item c) fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas situações previstas no subitem 1.5.5.1.2 da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, observada a hierarquia das medidas de prevenção;

Quando comprovada pela organização a inviabilidade técnica da adoção de medidas de



proteção coletiva, ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas outras medidas, alinea b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI.

Também há situações em que surgem necessidades de aquisição por conta de abertura de novos postos de trabalho e de atendimento.

A presente contratação visa registrar preço para itens Equipamentos de Proteção Individual(epi) que podem ser comuns a várias secretarias, fundos e fundações e necessitam ser repostos ou adquiridos com relativa frequência tais como, luvas, calçados, olhos, capacetes, aventais, perneiras, mascaras bones e toucas.

2 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dentre as soluções existentes no mercado, e que se coadunem com as normas legais atinentes às compras públicas, observa-se:

- a) Fornecimento por Consórcio Público que o Município seja associado;
- b) Verificação de Contratação já em andamento no Município;
- b) Adesão a ata de registro de preços de outro ente público;
- c) Licitação para registrar preço, com critério de julgamento por menor preço, para adquirir diretamente de empresa capaz de atender ao Município. Solução atualmente utilizada pela Administração.

2.1 – Fornecimento por Consórcio Público

Rio do Sul é associada em pelo menos 03 (três) Consórcios de Compras, Consórcio Interfederativo de Santa Catarina - CINCATARINA, Consórcio de Inovação na Gestão Pública - CIGA e Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI, todos fazendo licitações para compras compartilhadas.



No Caso específico do CISAMAVI e CIGA, não se encontrou nenhum dos itens pretendidos nessa licitação.

Já para o CINCATARINA, um itens esta disponível e no valores indicado abaixo:

Item	Descrição	Valor no CINCATARINA (R\$)	Valor Obtido na Formação de Preço (R\$) ⁽²⁾	Valor Praticado na última licitação (R\$)
10	BOTINA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO CURTIDO AO CROMO COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO LATERAL. SOLADO EM POLIURETANO (PU) BIDENSIDADE, ANTIDERRAPANTE E INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL. REVESTIMENTO INTERNO EM TECIDO NÃO TECIDO. PALMILHA MONTADA PELO SISTEMA STROBEL. SEM BIQUEIRA DE AÇO. NA COR PRETA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34 AO 45, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. DEVE APRESENTAR O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). (CIN13829)	49,1900	54,39	51,78
2				

(¹) Item não disponível no Consórcio / (²) Valor obtido pela média aritmética simples / (³) Item não disponível na última licitação do Município

Vale destacar que os valores indicados pela formação de preço, nesse instante serve apenas como parâmetro de comparação com aqueles praticados pelas empresas no CINCATARINA, ou seja, não necessariamente serão aqueles indicados numa possível abertura de licitação (adiante será melhor explicado).

Importante repetir que os itens 01 ate 9 e 11 ate 37 não estão disponíveis para aquisição pelo referido consórcio.

Para os item 10, por ora há uma vantagem significativa em adquirir tais itens pelo Consórcio. Contudo, como a necessidade a ser suprida vai além do referido item, nada impede que se utilize como critério de preço inicial justamente o valor lá praticado.



2.2 – Contratações em Andamento no Município

Consultando o software de gestão da municipalidade, não se encontrou nenhuma licitação do mesmo objeto, exceto aquela que está findando a vigência e motivou o início do presente estudo.

2.3 – Adesão a Ata de Registro de Preço de outro Ente Público (Carona)

Na possibilidade de pegar carona em ata de registro de preço de outro órgão ou ente, pesquisou-se na região da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI e não se encontrou nenhuma ata de registro de preço que possibilitasse a carona, para que, com a existência se pudesse verificar a vantagem.

2.4 – Licitar diretamente com os fornecedores

Assim, considerando os dados até aqui levantados, e considerando o desempenho da última licitação do objeto ora desejado, a opção de licitar registrando preços diretamente com fornecedores aptos, por ora, ao que tudo indica, das soluções disponíveis, é a melhor opção ao município.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser entregue não encerra nenhuma complexidade, ao contrário, trata-se da aquisição eventual de Equipamentos de proteção individual, e que pode ser suprida por uma gama variada de empresas, desde lojas especializadas até grandes atacadistas.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da solução ora tratada, ou seja, a aquisição de alguns itens Equipamentos de Proteção Individuais de empresa legalmente constituída, num primeiro momento, o requisito elementar é que a(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) tenha(m) a documentação básica de habilitação.

4.1 – Da Subcontratação

Não será permitida a subcontratação para o presente objeto.



4.2 – Da Aquisição por Micro e Pequena Empresa - MPE

Nos moldes do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, e também com base no prejulgado nº 2205 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, considerando os valores despendidos, considerando haver no Município mais de 03 (três) empresas capazes de atender, e considerando não se vislumbrar nenhuma desvantajosidade, como determinado pelo Inciso I do Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a contratação deve ser exclusiva às empresas com enquadramento como MPE.

4.3 – Da Aquisição de empresa sediada localmente

Dentre os objetivos perseguidos na presente contratação, além de ter a execução propriamente dita, a economicidade também deve ser perseguida, e nesse aspecto, considerando que qualquer empresa legalmente constituída e que obedeça as condições habilitatórias pode ofertar o produto, NÃO observa necessidade ou justificativa razoável de que o produto seja entregue por empresa sediada em Rio do Sul.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O quantitativo estimado a ser adquirido, advém do histórico dos últimos 03 (três) anos de efetivo consumo na municipalidade e segue conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Processo de 2019	Processo de 2021	Processo de 2022 (¹)	Processo de 2023 (²)
1	Luva tricotada tamanho P, confeccionada em malha com fibras sintéticas e naturais, revestimento em látex corrugado na face palmar dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	30	100	50	310
2	Luva de segurança confeccionada em couro de vaqueta com reforço palmar, elástico no dorso. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho. .	73	62	96	336



3	Luva de segurança confeccionada em Raspa 20cm com Reforço confeccionado em raspa, com reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre o polegar e o indicador. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. .			12	146
4	Respirador: respirador purificador de ar tipo semifacial filtrante para partículas, classe PFF2, com válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha, constituído em material de TNT, de formato dobrável com clipe nasal interno em alumínio para vedação e elásticos fixados diretamente ao respirador. Coloração interna branca e externa azul ou branca. Estrutura com 4 camadas. Deve apresentar o selo do INMETRO. Data de fabricação/validade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	80	50	0	550
5	Capacete de segurança classe A, com casco de aba frontal tipo II, moldado em polietileno de alta densidade. Suspensão com quatro ou seis pontos de fixação, confeccionada com duas ou três tiras de tecido, carneira em polietileno de alta densidade. Tira de absorção de suor removível, lavável e substituível, fixada à carneira, podendo acomodar abafador e viseiras. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do Inmetro. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	26	22	0	15



6	Capa de chuva confeccionada em tecido sintético revestido com PVC, mangas longas, fechamento frontal através de botões, costura através de solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho..	36	100		222
7	Protetor facial, constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples. Visor Telado, indicado para proteção da face de operadores de roçadeira		41	10	110
8	Calçado tipo botina de segurança. De amarrar nobuck, cano alto, cabedal em raspa curtido ao cromo, palmilha de montagem em não tecido, montada pelo sistema strobel, solado poliuretano, bidensidade. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	13	50	108	20
9	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, solado Nitrílico bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, com bico de aço, Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.				156



10	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, sem bico de aço, para uso eletricista. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	78	100	0	482
11	Calçado ocupacional, tipo sapato baixo, cabedal em couro curtido ao cromo, forração em material têxtil, forro da gáspea em material não tecido, fechamento através de elástico nas laterais, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, palmilha interna em material não tecido, solado antiderrapante à base de poliuretano, bidensidade injetado diretamente no cabedal. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	100	100	45	336
12	Calçado ocupacional, modelo bota abaixo do joelho, constituída de PVC, desenho do cabedal tio C, montagem sistema injeção por extrusão, classificação (ii - inteiro polimérico), solado modensidade com ressaltos. Região do salto totalmente fechado, com resistência ao escorregamento. Com certificado de aprovação (CA) emitido emitido pelo Ministerio do Trabalho.	57	72	78	215



13	Calçado ocupacional tipo sapato, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente ao óleo combustível. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. Modelos masculino e femininos.	25	156	141	220
----	--	----	-----	-----	-----



14	<p>Tênis de segurança: Calçado ocupacional de uso profissional do tipo sapato/tênis, isento de salto de qualquer tamanho, fechado no calcanhar e na parte superior em elástico, sem cadarço, confeccionado em EVA (Etil Vinil Acetado) e couro curtido ao cromo, em material atóxico e leve, na cor branca, resistente a água e produtos químicos. Alto conforto, respirável, lavável e não propagador de chamas. Solado ergonômico de borracha antiderrapante especial e borracha natural na cor bege ou branca ou cinza, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente, óleo e glicerol. Ranhuras de aderência na sola. Sistema de absorção de energia na região do calcanhar. Palmilha removível, sintética e antibacteriana. Forração interna em tecido não respirável. Material do calçado deve garantir proteção dos pés contra umidade proveniente do trabalho com água. Tamanhos variados de numeração (33 ao 45, e se necessário maiores e menores a numeração indicada). Modelo unissex. Registrado junto ao Ministério do Trabalho e apresentar o registro do CA (certificado de aprovação). Entregar os pares conforme o solicitado</p>				250
----	---	--	--	--	-----



15	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato cinza, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	50	50	14	105
16	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	100		0	105
17	Óculos de segurança em policarbonato óptico cinza, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	70	53	0	119
18	Óculos de segurança em policarbonato óptico incolor, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	65	50	0	312



19	Protetor auricular em silicone com atenuação mínima de 15 db, nrrsf. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho..		30		550
20	Protetor auditivo concha com atenuação mínima de 21 db nrrsf, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.		13	37	114
21	Avental de segurança impermeável e isolante térmico: avental impermeável, de tecido com isolante térmico especial de algodão, retardante a chamas, revestido de silicone e tratamento impermeabilizante, com costura dupla e linha aramida. Indicado para proteção de tronco contra calor, projeção de líquidos, vapores quentes e próprio para uso em cozinhas industriais. De fácil higienização e de acabamento especial. Disponível na cor bege. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	25	0	0	80



22	Avental de segurança confeccionado em raspa, tiras de elástico nas costas, tiras na cintura afixadas por costuras reforçadas, raspa para ajustes, costurado em linha de algodão. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.	34	0	0	110
23	Avental de segurança de napa reforçado: na coloração branca, para uso em cozinha industrial, constituído em material de PVC com forro em poliéster, reforçado nas bordas para melhor acabamento e durabilidade, impermeável. Dimensões aproximadas de comprimento 1,2cm e 70cm de largura. Com amarras ajustáveis do tipo fivelas plásticas resistentes para as costas, e no pescoço devem ser fixadas no avental. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho				250
24	Perneira de segurança confeccionada em três camadas de laminados de PVC, três hastes embutidas na parte frontal, proteção no metatarso com três camadas e laminados de PVC, fechamento em velcro costurado com linha e a restante costurada em solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	23	29	45	160
25	Protetor solar FPS 30, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	206	72	123	250
26	Protetor solar FPS 60, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	44	8	121	452



27	Luva gladiador tamanho G, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	150	190	194	537
28	Luva gladiador tamanho M, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	144	185	54	327
29	Luva de borracha nitrílica tamanho P: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho pequeno, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.		20	0	410
30	Luva de borracha nitrílica tamanho M: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho médio, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	76	175	3	430



31	Luva de borracha nitrílica tamanho G: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho grande, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	122	181	103	540
32	Boné legionário confeccionado em brim. Com proteção contra raios UV-A e UV-B. Com protetor de nuca. Para utilização em atividades ao ar livre, agrícolas, jardinagem, entre outras.				325
33	Repelente de insetos spray 200 ml com 4 horas de duração no mínimo			37	232
34	Touca sanfonada descartável branca: com elástico duplo em toda a sua extensão, confeccionada em resina de polipropileno, utilizada em cozinhas, modelo plissada. Formato anatômico. Hipoalergênico e aerado. Resistente e confortável. Coloração branca. Produto não estéril, de uso único e individual. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa ou saco plástico com 100 unidades.				600



35	Luva de procedimento de vinil: descartável, transparente, usado em procedimentos não cirúrgicos. Não esterilizada, sem amido ou talco, ambidestros. Isento de látex. Atóxica e antialérgica, com boa sensibilidade tátil, textura uniforme, sem falhas e formato anatômico. Não lubrificada. Indicação de uso na manipulação de alimentos. Disponível nos tamanhos P, M, G. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.				3000
36	Luva térmica profissional para forno em silicone: modelo 5 dedos, confeccionada em tecido com tratamento retardante a chamas, palma e dorso de silicone, com antiderrapante na palma, totalmente impermeável, com punho reto e cano longo. Dimensão aproximada de comprimento 45cm. De fácil higienização. Proteção às mãos do manipulador de alimentos em contato a altas temperaturas (até 500°C), resistente ao calor. Tamanho único. Coloração azul. Alta durabilidade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.				50



37	Máscara descartável: com clips nasal e elástico. Produzido inteiramente em TNT, tecido 100% polipropileno atóxico. Com filtro de tripla camada de filtragem e ventilação adequada. Hipoalergênica. Apresentar lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e ajustes à face e prender atrás da orelha do usuário. A máscara deve ser confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Cor branca. Caixa com 50 unidades. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.				3000
----	--	--	--	--	------

(¹) Licitação ainda em andamento.

(²) Estimativa para o processo licitatório com base nas informações das diversas secretarias

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores prévios da contratação, exceto para os itens 03, 04, 06 e 08, foram obtidos pela média aritmética dos valores colhidos em processos licitatórios realizados por outros entes públicos nos moldes da IN SEGES 065/2021, Decreto Municipal nº 11.582 e Inciso III do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, já os valores dos itens citados alhures foram obtidos pelo menor valor apresentado para os respectivos itens na mesma coleta, e seguirá conforme tabela:



Item	QTD	UND	Produto	R\$ UN	R\$ TOTAL
1	310	PAR	Luva tricotada tamanho P, confeccionada em malha com fibras sintéticas e naturais, revestimento em látex corrugado na face palmar dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 5,00	1.550,00
2	336	PAR	Luva de segurança confeccionada em couro de vaqueta com reforço palmar, elástico no dorso. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. .	R\$ 16,85	5.661,60
3	146	PAR	Luva de segurança confeccionada em Raspa 20cm com Reforço confeccionado em raspa, com reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre o polegar e o indicador. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. .	R\$ 14,36	2.096,56



4	550	UND	Respirador: respirador purificador de ar tipo semifacial filtrante para partículas, classe PFF2, com válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha, constituído em material de TNT, de formato dobrável com clipe nasal interno em alumínio para vedação e elásticos fixados diretamente ao respirador. Coloração interna branca e externa azul ou branca. Estrutura com 4 camadas. Deve apresentar o selo do INMETRO. Data de fabricação/validade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 4,90	2.695,00
5	15	UND	Capacete de segurança classe A, com casco de aba frontal tipo II, moldado em polietileno de alta densidade. Suspensão com quatro ou seis pontos de fixação, confeccionada com duas ou três tiras de tecido, carneira em polietileno de alta densidade. Tira de absorção de suor removível, lavável e substituível, fixada à carneira, podendo acomodar abafador e viseiras. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do Inmetro. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 26,00	390,00



6	400	UND	Capa de chuva confeccionada em tecido sintético revestido com PVC, mangas longas, fechamento frontal através de botões, costura através de solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho..	R\$ 15,63	6.252,00
7	110	UND	Protetor facial, constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples. Visor Telado, indicado para proteção da face de operadores de roçadeira	R\$ 31,00	3.410,00
8	20	PAR	Calçado tipo botina de segurança. De amarrar nobuck, cano alto, cabedal em raspa curtido ao cromo, palmilha de montagem em não tecido, montada pelo sistema strobrel, solado poliuretano, bidensidade. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 75,95	1.519,00
9	156	PAR	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobrel, solado Nitrílico bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, com bico de aço, Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 134,60	20.997,60



10	482	PAR	Calçado tipo botina, modelo blatt, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobrel, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal e baqueado, sem bico de aço, para uso eletricitista. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 54,39	26.215,98
11	336	PAR	Calçado ocupacional, tipo sapato baixo, cabedal em couro curtido ao cromo, forração em material têxtil, forro da gáspea em material não tecido, fechamento através de elástico nas laterais, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobrel, palmilha interna em material não tecido, solado antiderrapante à base de poliuretano, bidensidade injetado diretamente no cabedal. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 45,00	15.120,00
12	215	PAR	Calçado ocupacional, modelo bota abaixo do joelho, constituída de PVC, desenho do cabedal tio C, montagem sistema injeção por extrusão, classificação (ii - inteiro polimérico), solado modensidade com ressaltos. Região do salto totalmente fechado, com resistência ao escorregamento. Com certificado de aprovação (CA) emitido emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 59,00	12.685,00



13	220	PAR	Calçado ocupacional tipo sapato, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente ao óleo combustível. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho. Modelos masculino e femininos.	R\$ 73,45	16.159,00
----	-----	-----	--	-----------	-----------



14	250	PAR	<p>Tênis de segurança: Calçado ocupacional de uso profissional do tipo sapato/tênis, isento de salto de qualquer tamanho, fechado no calcanhar e na parte superior em elástico, sem cadarço, confeccionado em EVA (Etil Vinil Acetado) e couro curtido ao cromo, em material atóxico e leve, na cor branca, resistente a água e produtos químicos. Alto conforto, transpirável, lavável e não propagador de chamas. Solado ergonômico de borracha antiderrapante especial e borracha natural na cor bege ou branca ou cinza, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente, óleo e glicerol. Ranhuras de aderência na sola. Sistema de absorção de energia na região do calcanhar. Palmilha removível, sintética e antibacteriana. Forração interna em tecido não transpirável. Material do calçado deve garantir proteção dos pés contra umidade proveniente do trabalho com água. Tamanhos variados de numeração (33 ao 45, e se necessário maiores e menores a numeração indicada). Modelo unissex. Registrado junto ao Ministério do Trabalho e apresentar o registro do CA (certificado de aprovação). Entregar os pares conforme o solicitado</p>	R\$ 74,23	18.557,50
----	-----	-----	---	-----------	-----------



15	105	UN	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato cinza, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 4,20	441,00
16	105	UND	Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com revestimento externo de filme prateado. As hastes são confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafusos metálicos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 3,99	418,95
17	119	UND	Óculos de segurança em policarbonato óptico cinza, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 4,55	541,45
18	312	UND	Óculos de segurança em policarbonato óptico incolor, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Filtras 99,9% dos raios UVA/UVB. Com certificado de aprovação dentro do prazo de validade, emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 3,99	1.244,88



19	550	UND	Protetor auricular em silicone com atenuação mínima de 15 db, nrrsf. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho..	R\$ 2,10	1.155,00
20	114	UND	Protetor auditivo concha com atenuação mínima de 21 db nrrsf, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministerio do Trabalho.	R\$ 41,00	4.674,00
21	80	UND	Avental de segurança impermeável e isolante térmico: avental impermeável, de tecido com isolante térmico especial de algodão, retardante a chamas, revestido de silicone e tratamento impermeabilizante, com costura dupla e linha aramida. Indicado para proteção de tronco contra calor, projeção de líquidos, vapores quentes e próprio para uso em cozinhas industriais. De fácil higienização e de acabamento especial. Disponível na cor bege. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 79,80	6.384,00



22	110	UND	Avental de segurança confeccionado em raspa, tiras de elástico nas costas, tiras na cintura afixadas por costuras reforçadas, raspa para ajustes, costurado em linha de algodão. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.	R\$ 33,00	3.630,00
23	250	UND	Avental de segurança de napa reforçado: na coloração branca, para uso em cozinha industrial, constituído em material de PVC com forro em poliéster, reforçado nas bordas para melhor acabamento e durabilidade, impermeável. Dimensões aproximadas de comprimento 1,2cm e 70cm de largura. Com amarras ajustáveis do tipo fivelas plásticas resistentes para as costas, e no pescoço devem ser fixadas no avental. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho	R\$ 11,60	2.900,00
24	160	PAR	Perneira de segurança confeccionada em três camadas de laminados de PVC, três hastes embutidas na parte frontal, proteção no metatarso com três camadas e laminados de PVC, fechamento em velcro costurado com linha e a restante costurada em solda eletrônica. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 28,25	4.520,00



25	250	UND	Protetor solar FPS 30, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	R\$ 12,00	3.000,00
26	452	UND	Protetor solar FPS 60, proteção UVA e UVB, ação hidratante, resistente a água, 120 ml mínimo.	R\$ 27,50	12.430,00
27	537	PAR	Luva gladiador tamanho G, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 7,00	3.759,00
28	327	PAR	Luva gladiador tamanho M, confeccionada em malha de algodão, revestimento antiderrapante em látex natural reforçado na palma, face palmar e pontas dos dedos. Com certificado de aprovação (CA) dentro do prazo de validade emitido pelo Ministério do Trabalho.	R\$ 7,00	2.289,00
29	410	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho P: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho pequeno, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	3.763,80



30	430	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho M: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho médio, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	3.947,40
31	540	PAR	Luva de borracha nitrílica tamanho G: luva de borracha modelo 5 dedos, forrada, sistema antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na parte dorsal e do punho. Dispensa uso de talco, tamanho grande, embalado em saco plástico transparente contendo um (1) par. Punho reto. Resistente a água quente. Coloração amarela. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.	R\$ 9,18	4.957,20
32	325	UND	Boné legionário confeccionado em brim. Com protetor de nuca. Para utilização em atividades ao ar livre, agrícolas, jardinagem, entre outras.	R\$ 11,48	3.731,00
33	232	UND	Repelente de insetos spray 200 ml com 4 horas de duração no mínimo	R\$ 10,50	2.436,00



34	600	CAIXA	<p>Touca sanfonada descartável branca: com elástico duplo em toda a sua extensão, confeccionada em resina de polipropileno, utilizada em cozinhas, modelo plissada. Formato anatômico.</p> <p>Hipoalergênico e aerado. Resistente e confortável. Coloração branca. Produto não estéril, de uso único e individual. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa ou saco plástico com 100 unidades.</p>	R\$ 23,00	13.800,00
35	3000	CAIXA	<p>Luva de procedimento de vinil: descartável, transparente, usado em procedimentos não cirúrgicos. Não esterilizada, sem amido ou talco, ambidestros. Isento de látex. Atóxica e antialérgica, com boa sensibilidade tátil, textura uniforme, sem falhas e formato anatômico. Não lubrificada. Indicação de uso na manipulação de alimentos. Disponível nos tamanhos P, M, G. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.</p>	R\$ 21,00	63.000,00



36	50	PAR	<p>Luva térmica profissional para forno em silicone: modelo 5 dedos, confeccionada em tecido com tratamento retardante a chamas, palma e dorso de silicone, com antiderrapante na palma, totalmente impermeável, com punho reto e cano longo. Dimensão aproximada de comprimento 45cm. De fácil higienização. Proteção às mãos do manipulador de alimentos em contato a altas temperaturas (até 350°C), resistente ao calor. Tamanho único. Coloração azul. Alta durabilidade. Apresentar CA (certificado de aprovação) dentro do prazo de validade e em conformidade com o Ministério do Trabalho.</p>	R\$ 165,01	8.250,50
37	3000	CAIXA	<p>Máscara descartável: com clips nasal e elástico. Produzido inteiramente em TNT, tecido 100% polipropileno atóxico. Com filtro de tripla camada de filtragem e ventilação adequada. Hipoalergênica. Apresentar lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e ajustes à face e prender atrás da orelha do usuário. A máscara deve ser confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Cor branca. Caixa com 50 unidades. Apresentar-se em conformidade com as normas da ANVISA.</p>	R\$ 14,02	42.060,00
R\$ TOTAL					R\$ 326.642,42

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Como já demonstrado nas tabelas dos itens 5 e 6 a adjudicação e aquisição se dará por item,



ou seja, para fins licitatórios e de fornecimento, tratam-se de itens diferentes de modo que podem ser atendidos por empresas diferentes e que em nada comprometem a execução.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Como informado no início deste estudo, a presente aquisição visa, sobretudo, atender a legislação vigente e propiciar condições de trabalho mais salubres, porém, ela não depende de outras aquisições e não terá grande impacto no andamento das atividades diárias da municipalidade. Conforme já mencionado no início deste estudo, não há nenhuma contratação similar ou correlata no município, exceto aquela que está findando a vigência.

9 – CONTRATAÇÃO vs PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Embora ainda que não haja de modo formal, em âmbito municipal, de um plano de contratação anual, pela natureza da contratação ser de suporte a diversas atividades do Município, a presente contratação é realizada anualmente, e se pode afirmar, ainda que indiretamente, que está prevista na Lei Orçamentária Anual e no rol de contratações anuais.

10 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Além de fazer a contratação em preços compatíveis com o mercado e que não sejam tão diferentes daqueles da licitação vigente, se almeja disponibilizar para quando necessário equipamentos de proteção individuais, sobretudo para os casos de reposição, de modo que não fique prejudicado o atendimento as demandas operacionais dos serviços municipais.

11 – PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Por se tratar da repetição de solução já efetuada pelo Município há vários anos e que não se verificaram grandes intercorrências, preliminarmente, não se vislumbra nenhuma providência prévia extra à contratação.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS



Para o município, o objeto pretendido e na forma escolhida, representa baixo impacto ambiental, pois são itens de uso individuais e não representam potencial poluidor.

13 – DA FORMA PRESENCIAL DA LICITAÇÃO

Não se vislumbra nenhuma justificativa plausível para que a disputa não se dê na forma eletrônica.

14 – DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Como indicado no item 6 deste estudo, os valores a serem utilizados no presente processo licitatório seguirão nos moldes indicados na tabela daquele item pois, considerando as soluções apresentadas e considerando, não se encontrou nenhum dos itens pretendidos em pelo menos 03 (três) Consórcios de Compras, Consórcio Interfederativo de Santa Catarina - CINCATARINA, Consórcio de Inovação na Gestão Pública - CIGA e Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI, os itens não estão disponíveis, por fim que o Município não pode se valer dos preços lá praticados, não se avista óbice para que faça o processo licitatório com tais parâmetros.

Na sequência, considerando que as soluções “b” e “c” indicadas no item 2, neste momento estão indisponíveis ou impossibilitadas de avaliação adequada, se pode afirmar que a solução de licitar diretamente com empresas aptas, nesse momento, é a mais viável ao Município.

Rio do Sul, 12 de Janeiro de 2024.

Amarildo de Jesus
Técnico em Segurança do Trabalho

Charlis Zandonai
Secretário de Obras e Serviços Urbanos



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2024

Pregão Eletrônico nº 057/2024

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça 25 de Julho, nº 01, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 057/2024, **RESOLVE** registrar os preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no referido certame. Presentes às seguintes empresas:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individuais (EPI's), para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e suas Secretarias, Fundos, Fundações, conforme especificações e quantidades estabelecidas, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Rio do Sul/SC, de acordo com as quantidades estimadas e especificações seguintes:

Item	Qtd	Unidade	Especificação	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº



14.133, de 2021.

2.2.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pelo MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, que será o órgão gerenciados da presente Ata.

3.2. O valor ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico nº 057/2024**.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 057/2024** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

4.1. As despesas decorrentes da presente Ata serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

4.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do OBJETO e apresentação da respectiva nota fiscal.

4.3. O Município de Rio do Sul deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

4.4. Para os casos de rejeição dos produtos e/ou serviços, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de reposição, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Município.



4.5. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

4.6. No caso de atraso pelo Município, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Compra.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços, conforme anexo A do Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- a) der causa à inexecução parcial da ata;
- b) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1. **Advertência**, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



6.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

6.3. **Multa:**

6.3.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

6.3.2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões elencadas no subitem 6.1.

6.4. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

6.5. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

6.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Na aplicação das sanções serão considerados:



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Órgão Gerenciador;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.12. A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.13. O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.15. Os débitos do Fornecedor para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma Ata ou de outros contratos administrativos que o Fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. O reajuste será precedido de solicitação do fornecedor, que deverá ser realizada por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/e-reajuste-de-precos>.

7.4. A concessão do reajuste de preços deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.

7.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.6. Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

7.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. Fica assegurado o direito a revisão dos preços avençados, sempre que houver desequilíbrio na equação econômico-financeira firmada, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

7.11. A Administração terá por obrigação acompanhar, por meio do fiscal da Ata, em



conjunto com o gestor da Unidade Demandante, auxiliados pela Divisão de Fiscalização de Contratos e Orçamentos, os preços registrados, agindo sempre que o desequilíbrio econômico-financeiro acarretar em ônus ao erário.

7.12. A Administração não agirá de ofício quando o resultado da revisão incorrer em benefício ao fornecedor.

7.13. O pedido de revisão deverá ser realizado por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/e-recomposicao-financeira>.

7.14. Os reajustes e revisões serão realizados por termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- 8.1.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2. não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4. tiver presentes razões de interesse público;
- 8.1.5. sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- 8.1.6. for declarado inidôneo ou impedido de licitar ou contratar com o Município de Rio do Sul, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 8.3.1. por razão de interesse público; ou
- 8.3.2. a pedido do fornecedor, que deverá ser formalizado por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/e->



[desistenciacancelamento-de-fornecer-item-licitado.](#)

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Fornecedor, de acordo com a presente ata e seus anexos.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

9.3. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor.

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ata.

9.7. Aplicar ao Fornecedor as sanções previstas na lei e nesta ata.

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Fornecedor no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução desta ata, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes desta ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Município, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Fornecedor; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja



inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município e não poderá onerar o objeto da ata.

10.9. Comunicar ao fiscal da ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.10. Paralisar, por determinação do Município, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.12. Cumprir, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata.

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da Ata, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Município.

10.17. Cumprir integralmente, no que couber, as legislações atinentes ao ramo de atividade por ela desenvolvida, todas as normas, métodos e especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

10.18. O Fornecedor informará na nota fiscal emitida, quando for o caso, o valor a ser retido a título de INSS, a base de cálculo, bem como a alíquota aplicada a esta base de cálculo.



10.19. O Fornecedor que fizer utilização do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários instituído pela Lei Federal Nº 12.546/2011, destacará na nota fiscal emitida, a alíquota, a base de cálculo e o valor a ser retido a título de INSS.

10.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Vinculam esta ata, independentemente de transcrição:

- 12.1.1. O Termo de Referência;
- 12.1.2. O Edital da Licitação;
- 12.1.3. A Proposta do Fornecedor;
- 12.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

12.2. Os casos omissos serão decididos pelo Órgão Gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ata que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio do Sul, xx de xxxxxxx de 2024.



MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
José Eduardo Rothbarth Thomé
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fornecedor

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/03/2024 16:28 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66031f991198d>.

